

Grande Sertão II

Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Grande Sertão II Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Grande Sertão II Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grande Sertão II Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

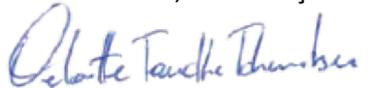
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

GRANDE SERTAO II TRANSMISSORA DE ENERGIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	5	36	Fornecedores	8	3.680
Títulos e valores mobiliários	6	75.487	Impostos e contribuições a recolher		822
Despesas antecipadas		44	Dividendos e Juros de capital próprio	10.d	2.273
Tributos a recuperar		1.317	Outros passivos circulantes		1.744
Outros ativos circulantes		1.647			8.519
		<u>78.531</u>			
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Despesas antecipadas		93	Tributos diferidos	9	4.639
Concessão do serviço público (ativo contratual)	7	46.628			4.639
Imobilizado		1.369	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	
Intangível		146	Capital social		77.281
		<u>48.236</u>	Reserva legal		479
			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		29.027
			Reserva de lucros		6.822
					113.609
TOTAL DO ATIVO		<u>126.767</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>126.767</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO II TRANSMISSORA DE ENERGIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11	46.628
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	12	(32.775)
LUCRO BRUTO		13.853
Despesas operacionais	13	(2.315)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		11.538
Receita financeira		3.145
Despesa financeira		(10)
RESULTADO FINANCEIRO	14	3.135
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		14.673
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		(5.099)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.574
RESULTADO POR AÇÃO		0,093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO II TRANSMISSORA DE ENERGIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9.574
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>9.574</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO II TRANSMISSORA DE ENERGIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social		Reservas de lucros		Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucro (Prejuízos) do exercício	Total
		Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	10.a	102.858	-	-	-	-	-	102.858
Capital a integralizar	10.a	-	(25.577)	-	-	-	-	(25.577)
Recebimento para futuro aumento de capital	10.b	-	-	-	-	29.027	-	29.027
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.574	9.574
Destinação do lucro do exercício:								
Constituição de reserva legal	10.d	-	-	479	-	-	(479)	-
Constituição de Reserva de Lucros	10.d	-	-	-	6.822	-	(6.822)	-
Dividendos mínimo obrigatório	10.d	-	-	-	-	-	(2.273)	(2.273)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>102.858</u>	<u>(25.577)</u>	<u>479</u>	<u>6.822</u>	<u>29.027</u>	<u>-</u>	<u>113.609</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO II TRANSMISSORA DE ENERGIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício		9.574
Ajustes:		
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	9	4.639
Depreciação e amortização		58
Rendimento de títulos e valores mobiliários	14	(3.298)
Remuneração do ativo de contrato	7	(46.628)
		<u>(35.655)</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Despesas antecipadas		(44)
Imposto a recuperar		(1.317)
Outros ativos		(1.740)
Fornecedores	8	3.680
Impostos e contribuições a recolher		1.243
Imposto de renda e contribuição social pagos		(421)
Outros passivos		1.744
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(32.510)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(1.573)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(160.461)
Resgate em títulos e valores mobiliários		88.272
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(73.762)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital	10.a	77.281
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.b	29.027
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		106.308
		<u>36</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO II TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Grande Sertão II Transmissora de Energia S.A. (“GRANDE SERTÃO II” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de abril de 2023.

Em 28 de março de 2024, o Fundo de Investimentos em Participações Development Fund Warehouse, foi vencedor do Lote 6 da 1ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 01/2024 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Esse projeto é formado por quatro linhas de transmissão de 500 kV, ampliação de duas subestações e duas novas a serem construídas.

O projeto da Linha de Transmissão é a expansão do sistema de transmissão da área sul da Região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo para fazer frente à expectativa de contratação de elevados montantes de energia provenientes de empreendimentos de geração renovável na região, com destaque para as usinas eólicas e solares.

Localizados nos seguintes estados: Bahia e Minas Gerais.

O Contrato de Concessão nº 07/2024-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 6 do Edital da 1ª Etapa do Leilão 01/2024 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 28 de junho de 2024 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até junho de 2054. A data prevista no contrato de concessão para entrada em operação comercial das instalações de transmissão é 30 de dezembro de 2029.

Em 14 de novembro de 2024, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato Declaratório Executivo nº 1.677, concedendo a sociedade a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), tal benefício poderá ser usufruído nas aquisições realizadas no período de 5 anos contados da data de sua habilitação.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com um investimento estimado de R\$2,6 bilhões para a construção do empreendimento ao longo dos próximos quatro anos. A construção da linha de transmissão será realizada com mão de obra própria, garantindo maior controle sobre prazos e qualidade.

Os principais contratos essenciais para a implementação do projeto já foram formalizados ou estão em fase avançada de negociação com os fornecedores. Entre os principais acordos firmados, destaca-se o contrato com a Andritz Hydro Ltda., responsável pelo fornecimento do compensador síncrono para a Subestação de São João do Paraíso.

Além disso, estão em andamento negociações com a Prysmian Cabos e Sistemas do Brasil S.A. para o fornecimento de cabos de alumínio, e já foi firmado um contrato com a Sae Towers Brasil Torres de Transmissão LTDA para o fornecimento de estruturas metálicas.

Todos os contratos incluem garantias para assegurar a entrega do empreendimento dentro dos prazos e custos acordados.

A concessionária será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$284,3 milhões - data de referência 15 de setembro de 2023) será reajustada anualmente pelo IPCA.

Durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, a Companhia sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia pretende financiar a construção do projeto com recursos de seus acionistas e com empréstimos a serem captados junto a terceiros (mercado de capitais e/ou Bancos de fomento). Inicialmente, essa captação se dará através de um empréstimo ponte de curto prazo. Posteriormente, buscará um financiamento de longo prazo para quitar o empréstimo ponte e custear a conclusão do projeto em sua totalidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC em consonância com a lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 7 de março de 2025.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 4.1 de avaliação dos instrumentos financeiros.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Item significativo sujeito a essa estimativa e premissa incluem:

- (I) Critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa nº 3.2.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- (I) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Classificação e mensuração subsequente

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. A estratégia da Administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos.

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados.

Como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados.

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

(II) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

O não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.2. Contrato de concessão de serviços públicos - Ativo contratual

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Grande Sertão II regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (I) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa e ficaram estabelecidas da seguinte forma:

Margem de Construção em 39,48% e Taxa de Retorno em 9%.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (I) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, ou seja, a Companhia é optante pelo lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(I) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre a receita operacional, aplicando alíquota de imposto de renda e contribuição social. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(II) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

3.5. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

3.8. Dividendos

A distribuição de dividendos são a forma de remuneração aos acionistas da Companhia e são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 d.2.

3.9. Mensuração do valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“impairment”). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por “impairment” desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

3.10. Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

As seguintes normas alteradas e interpretações não resultou em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 26/IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
CPC 06/IFRS 16	Contabilização de “leaseback”.	01/01/2024
CPC 40/IAS 7/IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros.	01/01/2024

As alterações em pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 40/ IFRS 7	Divulgação de instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 48/ IFRS 9	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- (I) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

4.3. Instrumentos financeiros

	<u>31/12/2024</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>		
Títulos e valores mobiliários	<u>75.487</u>	<u>75.487</u>
	<u>75.487</u>	<u>75.487</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>36</u>	<u>36</u>
	<u>36</u>	<u>36</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	<u>3.680</u>	<u>3.680</u>
	<u>3.680</u>	<u>3.680</u>

4.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários e caução vinculado, registrados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

4.5. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (Cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2024.

Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	2024			
		Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Caixa e Equivalente de Caixa	36	3	4	5
	Títulos e Valores Mobiliários	75.487	6.164	8.219	10.274

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>
Caixa	2
Banco	34
	<u>36</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

<u>Circulante</u>	<u>31/12/2024</u>
Certificados de depósitos bancários	74.891
Cédula do Produto Rural - CPR	596
	<u>75.487</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB e Cédula do Produto Rural - CPR, realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito, remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e vencimento maior que 90 dias.

7. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

	<u>31/12/2024</u>
<u>Não circulante</u>	
Ativo contratual	46.628
	<u>46.628</u>

A movimentação dos saldos referente aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	-
Aquisição do ativo de concessão	32.775
Receita financeira sobre ativo de concessão	914
Receita da margem de construção	12.939
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>46.628</u>

8. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>
Andritz	1.615
Ambientare	1.015
Mapasgeo	284
L Meng	179
Andritz Construções	169
Tractebel	62
Fluxo Engenharia	51
Outros	305
	<u>3.680</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	<u>31/12/2024</u>
<u>Diferido ativo</u>	
Prejuízos fiscais de imposto de renda	18
Base negativa de contribuição social	<u>53</u>
	<u>71</u>
<u>Diferido passivo</u>	
Imposto de renda diferido	3.463
Contribuição social diferida	<u>1.247</u>
	<u>4.710</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>4.639</u>

Os impostos diferidos passivos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

b) Efeitos no resultado

	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	14.673
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	<u>4.989</u>
Bônus e gratificações	110
Imposto de renda e contribuição social - correntes	460
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>4.639</u>
	<u>5.099</u>

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro 2024 é de R\$102.858.000 (cento e dois milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil reais) dividido em 52.458.000 (cinquenta e dois milhões, quatrocentas e cinquenta e oito mil) ações ordinárias, e 50.400.000 (cinquenta milhões e quatrocentas mil) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito da Companhia era de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), estando esse mesmo valor a integralizar. As ações preferenciais não darão direito a voto nas deliberações da assembleia geral.

No exercício de 2024 foi integralizado o montante de R\$77.281, restando a integralizar R\$25.577, que deverá ser integralizado até 22 de julho de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social ficou distribuído entre os seguintes acionistas:

	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Participação - %
FI em Participações Development Fund Warehouse - Multiestratégia	52.458	-	51
Grande Sertão Participações S.A.	-	50.400	49
	<u>52.458</u>	<u>50.400</u>	<u>100</u>

b) Recursos Destinados a Aumento de Capital

Em 26 de novembro de 2024, a Companhia recebeu a título de adiantamento para futuro aumento de capital, de forma irrevogável e irretratável, o montante de R\$29.027, a ser convertidos em capital da Companhia, mediante realização de assembleia geral extraordinária para deliberação de aumento de capital (“Conversão em Capital”), no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados do final do exercício social.

c) Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.

25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.

O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

d) Reserva lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição: reserva legal e reserva de lucros.

d.1) Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A destinação concernente a reserva legal em 2024 foi no valor de R\$479.

d.2) Dividendos propostos

No exercício de 2024, foram constituídos dividendos mínimos no valor de R\$2.273, com a seguinte base de cálculo:

	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	9.574
Constituição de reserva legal (5%)	<u>(479)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>9.095</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>2.273</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - ações ordinárias	1.159
Dividendos mínimos obrigatórios – ações preferenciais	1.114

d.3) Reserva de lucros

A Reserva de lucros possui como finalidade reter a parcela do lucro do exercício não realizado em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

O valor destinado a reserva de lucros no exercício de 2024, foi no montante de R\$6.822.

	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	9.574
Reserva legal (5%)	(479)
Lucro a distribuir	9.095
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>(2.273)</u>
	<u>6.822</u>

11. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2024</u>
Receita de Construção	32.775
Receita de Margem de Construção	12.939
Receita de Atualização Financeira	<u>914</u>
	<u>46.628</u>

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma:

- Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções do projeto, sobre o custo de construção.
- Receita de remuneração do ativo de contrato: calculada com base na taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual.

12. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(2.237)
Administradores	(304)
Material	(149)
Serviços de terceiros	(27.457)
Aluguéis	(155)
Seguros	(2.465)
Tributos	(8)
	<u>(32.775)</u>

13. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(996)
Administradores	(626)
Material	(97)
Serviços de terceiros	(495)
Aluguéis	(35)
Seguros	(3)
Impostos e taxas	(5)
Depreciação e Amortização	(58)
	<u>(2.315)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2024</u>
Despesas financeiras:	
Tarifas bancárias	(1)
Outras despesas financeiras	(9)
	<u>(10)</u>
Receitas financeiras:	
Rendimento de aplicações	3.298
(-) Tributos Receita Financeira	(153)
	<u>3.145</u>
	<u>(3.135)</u>

15. MEIO AMBIENTE

A Companhia está com foco na obtenção das Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto.

16. HONORÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O total pago, no exercício de 2024 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$161.

17. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável ou possível a ser divulgados, de acordo com seus advogados internos e externos.

18. SEGUROS

Em dezembro de 2024, a cobertura de seguros era composta de:

Risco	Apólice	Vigência	Importância segurada
D&O	1109196676	04/10/2024 a 04/04/2026	R\$12.000
Garantia de Fiel Cumprimento	0306920249907751182524000	12/06/2024 a 30/03/2030	R\$170.002

a) Seguro Garantia da ANEEL:

- De acordo com o Edital do Leilão 01/2024 da Aneel, a Companhia firmou Seguro para garantir a conclusão do empreendimento, Garantia de Fiel Cumprimento.
- “A Garantia de Fiel Cumprimento deverá ter a ANEEL como beneficiária e a PROPONENTE vencedora como tomadora e vigorar por prazo não inferior a 90 (noventa) dias após a data prevista para a entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, devendo ser mantida nas condições definidas neste Edital.”

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de fevereiro de 2025 ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária, onde foram aprovadas as seguintes deliberações:

- (i) Venda das 52.458.000 das ações ordinárias nominativas e sem valor nominal do capital social da companhia de titularidade do Fundo de Investimento em Participações Development Fund Warehouse para a Grande Sertão Participações S/A, que dessa forma passará a deter 100% das ações da companhia.
- (ii) Conversão de 100% do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), firmado em 25 de novembro de 2024 em aumento de capital. Conseqüentemente o capital social, passará de R\$102.858.000,00 para 133.841.053,00. Cabe ressaltar que o capital social foi 100% integralizado em fevereiro de 2025.